

5ª Edição - 2021

EXAME



C N P C



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Perito Contábil

NOME:

N.º DE INSCRIÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE PERITOS CONTÁBEIS (CNPC) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Edital CFC/CAE PERITO 1/2021

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões da Prova de Qualificação Técnica Geral para Peritos Contábeis (EQTPC)

Use como rascunho as páginas disponíveis ao final deste caderno, as quais não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.

- Assine, à CANETA, somente no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).

Observações quanto ao preenchimento das Folhas de Respostas:

Use caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**.

Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Assinale **somente** uma opção em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais opções.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 10 (dez) e o máximo 30 (trinta) linhas efetivamente escritas, não deverão conter nenhum tipo de marca ou de identificação do candidato (assinatura, visto, registro, inscrição, etc.) e deverão ser redigidas com letra legível.

As Folhas de Respostas não deverão ser dobradas, amassadas ou rasuradas.

De acordo com o item 7.5, em hipótese alguma, haverá substituição das Folhas de Respostas Objetivas e Dissertativas por erro do(a) examinando(a).

Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas.

É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada nas Folhas de Respostas.

**SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO(A) EXAMINANDO(A) DA SALA DE PROVA
SOMENTE APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.**

**FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO EXAMINANDO(A)
QUANDO DE SUA SAÍDA.**

DURAÇÃO DESTA PROVA: QUATRO HORAS

ATENÇÃO

Sr.(a) Examinando(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 30 (trinta) questões objetivas, cada uma constituída de 4 (quatro) opções, e 2 (duas) questões dissertativas.

Se houver algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

1. Uma Contadora foi intimada a apresentar proposta de honorários por conta de sua nomeação em uma Ação Cível. Considerando as diretrizes definidas pela NBC PP 01 (R1) - Perito Contábil, a primeira providência da Ilustre Contadora é examinar os autos e identificar situações fáticas ou circunstanciais que configurem o seu impedimento ou a sua suspeição.

Com base no quanto dispõe a citada norma contábil, identifique nos itens abaixo as situações de impedimento ou suspeição e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. Ser amigo íntimo de qualquer das partes.
- II. Ser devedor ou credor em mora de qualquer das partes, dos seus cônjuges, de parentes destes em linha reta ou em linha colateral até o terceiro grau ou entidades das quais esses façam parte de seu quadro societário ou de direção.
- III. Ser parceiro, empregador ou empregado de uma das partes ou do magistrado.
- IV. Aconselhar, de alguma forma, parte envolvida no litígio acerca do objeto da discussão.

Estão **CORRETOS** os itens:

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) II e III, apenas.

2. Em uma ação revisional para apuração de valor de aposentadoria suplementar, foi apresentado nas argumentações uma diferença mensal a ser atualizada no valor de R\$108,50. Entre os documentos acostados aos autos, a Ré apresenta demonstrativo dos cálculos da diferença evidenciando um valor mensal de R\$126,16 que não foi combatido pelo Autor. O valor de R\$108,50 correspondia ao subtotal no demonstrativo da Ré. Para a liquidação de sentença o Juiz determinou que a diferença a ser paga ao Autor é no valor mensal de R\$108,50 e que o perito prestasse outras informações julgadas necessárias. De acordo com o Código de Processo Civil e a NBC TP01 (R1) - Perícia Contábil, sobre os procedimentos periciais, assinale a opção **INCORRETA**:
- a) É vedado ao perito ultrapassar os limites de sua designação, bem como emitir opiniões pessoais que excedam o exame técnico ou científico do objeto da perícia.
 - b) O laudo pericial deve conter resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz. Nos esclarecimentos o perito deve subsidiar o magistrado na formação de seu convencimento para a tomada de decisão.
 - c) O perito nomeado não pode omitir nenhum fato relevante encontrado no decorrer de suas pesquisas ou diligências, mesmo que não tenha sido objeto de quesitação e desde que esteja relacionado ao objeto da perícia.
 - d) Em resposta ao comando judicial, o Perito levantou questões não existentes no processo, bem como emitiu opiniões pessoais que excederam o exame técnico e científico do objeto da perícia.
3. Em sua obra *Perícia Contábil*, o Prof. Dr. Lopes de Sá (2004, p. 24/25) orienta sobre os cuidados e procedimentos que devem ser adotados em uma perícia para identificar e certificar sobre erros e fraudes. Lopes de Sá alerta que *“indício é um caminho; jamais uma prova, repetimos.”*. Com base no que dispõe o Código de Processo Civil e a NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador, analise e assinale a opção **INCORRETA**.
- a) O perito que, por dolo ou culpa, mentir ou deixar de falar a verdade em juízo sujeitará à destituição e à inabilitação para atuar em outras perícias no prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, independente das demais sanções previstas em lei e no respectivo órgão de classe.
 - b) É dever das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que, de qualquer forma, participem do processo expor os fatos em juízo conforme a verdade.
 - c) A presunção de imparcialidade do laudo pericial não é afastada tão somente pelo fato de as conclusões do perito irem de encontro ao direito postulado pelas partes.
 - d) O perito contábil deve aplicar as salvaguardas previstas pela profissão ou pela legislação toda vez que identificar ou for alertado da existência de ameaças mencionadas nas normas de exercício da profissão contábil, sendo-lhe defeso adotar medidas de modo a não perder a independência profissional.

4. Um perito, após a sua nomeação em uma Execução Fiscal, convidou os assistentes técnicos para uma reunião de trabalho colaborativa. Contudo, é visível a falta de cooperação por parte dos assistentes técnicos ao deixarem de atender à solicitação de que sejam colocados à disposição livros e documentos, necessários à elaboração do laudo pericial contábil. Com base na NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador e no Código de Processo Civil, acerca dos deveres em relação aos colegas, assinale a opção **CORRETA**.

- a) A conduta do contador com relação aos colegas deve ser pautada nos princípios de consideração, respeito, apreço, solidariedade e harmonia da classe, contudo, os assistentes técnicos não devem colaborar com o perito, pois foram contratados para auxiliar as partes e, não, o perito.
- b) Elaborado o plano de trabalho pericial, para preservar o sigilo profissional e assegurar a independência, é vedado ao perito convidar os assistentes técnicos para uma reunião de trabalho, presencial ou por meio eletrônico, para dar conhecimento do planejamento da execução do trabalho pericial.
- c) O espírito de solidariedade, na condição de assistente técnico, justifica a participação e a convivência com o perito do juízo. E a transparência e o respeito recíprocos entre o perito nomeado e os assistentes técnicos pressupõem tratamento pessoal.
- d) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si, e a relação entre os colegas deve ser pautada nos princípios de consideração, respeito, apreço, solidariedade e harmonia da classe.

5. Com base no que dispõe a NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador e o Código de Processo Civil, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, marque a opção **CORRETA**.

- I. A injustificada acídia, aliada à falta de zelo (retenção do processo por mais de um ano, sem apresentar justificativa plausível) e de diligência são motivos para destituir um perito.
- II. Os peritos envolvidos na realização da perícia complexa devem atender aos mesmos deveres e se sujeitar às mesmas responsabilidades, observados os limites de incompetência técnica, pois todos gozam do mesmo status de confiança do juízo.
- III. A conduta desidiosa de um perito ensejará na abertura de um processo administrativo na Corregedoria do tribunal onde tramita os autos da sua nomeação. Em respeito ao contraditório e à ampla defesa, assegurados pela Constituição Federal, durante a apuração dos fatos, os autos ficarão suspensos até a conclusão do processo administrativo.
- IV. É defeso ao assistente técnico renunciar à contratação confiada logo que se positive falta de confiança por parte do contratante, a quem deve notificar por escrito, respeitando os prazos estabelecidos no contrato.

A sequência **CORRETA** é:

- a) V, F, V, V.
- b) V, V, F, F.
- c) V, F, F, F.
- d) F, V, F, V.

6. Entre as novidades do Código de Processo Civil vigente, estão os critérios objetivos e impessoais, previamente estabelecidos para formação do cadastro pelos tribunais e avaliação, reavaliação e seleção do perito para nomeação pelo juízo (exemplo: profissionais legalmente habilitados, cadastrados no tribunal, formação profissional, a atualização do conhecimento e a experiência). Com base no que dispõe o Código de Processo Civil e a Norma Brasileira de Contabilidade PP01 (R1) – Perito Contábil, analise e assinale a opção CORRETA.

- a) Quando a causa puder ser resolvida por autocomposição e as partes sejam plenamente capazes, a escolha do perito, de comum acordo, poderá ser requerida ao juízo.
- b) A escolha do perito pelas partes dispensa a comunicação prévia da data e do local de instalação e realização da perícia.
- c) A possibilidade de escolha consensual do perito pelas partes objetiva a redução de custos para a prova pericial e a celeridade processual, dado que todos devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva. Logo, segundo o Código de Processo Civil é dispensada a contratação dos assistentes técnicos.
- d) A confiança no conhecimento especializado do perito contábil escolhido, em comum acordo, pelas partes para realizar uma perícia judicial não exige discernimento, independência e habilitação legal para a realização do trabalho.

7. Uma vinícola tem dúvidas quanto aos termos do contrato de prestação de serviços contábeis e contrata um advogado para analisar se a minuta do contrato está em conformidade com a proposta apresentada. De acordo com Resolução CFC n.º 1.590/2020 - Obrigatoriedade do contrato de prestação de serviços, sobre o Contrato de Prestação de Serviços, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, marque a opção CORRETA.

- I. A oferta de serviços deverá ser feita mediante proposta que contenha o detalhamento dos serviços, a periodicidade, o valor de cada serviço, condições de pagamento, prazo de duração da prestação de serviços, forma de reajuste, a parte dos serviços que deverá ser executada pelo contratante (caso tenha) e outros elementos necessários para formalização do contrato.
- II. O contratante deverá fornecer, anualmente, ao profissional da contabilidade, a Carta de Responsabilidade da Administração de que trata a ITG - 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para fins de encerramento do exercício.
- III. O profissional da contabilidade ou a organização contábil deverá celebrar contrato de prestação de serviços por escrito, nos termos e condições da proposta acordada entre as partes.
- IV. O rompimento do vínculo contratual implica a celebração obrigatória de distrato entre as partes, com o estabelecimento da cessação das responsabilidades dos contratantes.

A sequência CORRETA é:

- a) F, V, V, V.
- b) V, V, F, F.
- c) V, V, V, V.
- d) V, V, F, V.

8. Uma mineradora foi condenada a indenizar uma ex-prestadora de serviços por danos materiais no valor de R\$5,5 milhão e lucros cessantes de R\$15 milhões em uma ação judicial. Inconformada com o resultado da prova pericial, que subsidiou o magistrado na tomada de decisão, apresenta uma denúncia ao Conselho Federal de Contabilidade em desfavor do perito contábil nomeado nos autos. Diante desse caso hipotético, analise e julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, marque a opção **CORRETA**.
- I. O Conselho Regional de Contabilidade da jurisdição onde tramita os autos, no exercício da sua competência legal, deverá verificar a exatidão dos valores dos danos materiais no valor de R\$5,5 milhão e dos lucros cessantes de R\$15 milhões.
 - II. Considerando a gravidade da conduta do perito contábil, compete ao Conselho Federal de Contabilidade examinar e decidir sobre as representações escritas acerca das infrações dos dispositivos legais vigentes.
 - III. Não há como declarar a nulidade da perícia quando o perito nomeado responde satisfatoriamente a todos os questionamentos produzidos pelas partes que sejam pertinentes para a solução da controvérsia.
 - IV. Quando a perícia for inconclusiva ou deficiente, o Conselho Regional de Contabilidade poderá aplicar multa sobre a remuneração fixada para o trabalho pericial.

A sequência **CORRETA** é:

- a) V, F, V, V.
- b) V, V, F, F.
- c) F, F, V, V.
- d) F, F, V, F.

- 9. Uma organização da sociedade civil constituída sob a natureza jurídica de associação recebeu aporte de recursos oriundos de uma subvenção governamental para executar um projeto especificado no plano de trabalho, no prazo de dois anos, devendo observar a orientação da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros. As cláusulas contratuais estabelecem que a responsabilidade da organização será extinta com o julgamento da regularidade da prestação de contas final do projeto, que deverá ocorrer em até 60 dias após a sua conclusão. Se a prestação de contas final for julgada regular, o projeto, no todo, será incorporado ao patrimônio da organização, caso contrário, os recursos devem ser integralmente devolvidos. Ao final do primeiro ano de vigência do termo contratual, a organização havia executado 60% do projeto. A auditoria externa exigida pelo contrato qualificou sua opinião sobre as demonstrações contábeis da organização, do primeiro ano, porque entendeu que o valor corresponde aos 60% da execução do projeto deveria estar reconhecido no resultado, e a organização o manteve em conta específica do passivo. Não satisfeita com o posicionamento da auditoria externa, a Governança da associação contratou um perito contábil para emitir um parecer sobre o procedimento contábil.**

Com base no enunciado, analise as alternativas a seguir e assinale a opção que corresponde ao procedimento de escrituração orientado pela ITG 2002 (R1) sobre o assunto.

- a) Os recursos de um projeto executado com aporte de subvenção governamental devem ser reconhecidos integralmente no resultado na data em que referidos recursos ingressarem na entidade independente de condições contratuais.
- b) Os recursos de um projeto executado com aporte de subvenção governamental devem ser reconhecidos no resultado à medida que o plano de trabalho for sendo executado independente de condições contratuais.
- c) Os recursos de um projeto executado com aporte de subvenção governamental devem ser reconhecidos no resultado quando os requisitos exigidos pelo instrumento contratual forem satisfeitos.
- d) A norma de contabilidade exige que os recursos oriundos de subvenção governamental sejam reconhecidos no resultado na competência do recebimento.

10. Nos autos de um processo que tramita perante a Vara Cível da Bahia, foi proferido o seguinte despacho: “Para conferir maior celeridade ao processo, depositado o valor dos honorários provisórios, intime-se a perita para dar início ao seu mister, observando, estritamente o disposto nos artigos 157, 466, caput e § 2º e 473 do Código de Processo Civil – Lei 13.105/2015. Laudo em 30 dias.”

Com base nestes dados, analise os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**:

- I. O perito tem o dever de cumprir o ofício no prazo que lhe designar o juiz, empregando toda sua diligência e podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo.
- II. O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso.
- III. O perito deve assegurar aos assistentes das partes o acesso e o acompanhamento das diligências e dos exames que realizar, com prévia comunicação, comprovada nos autos, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.
- IV. O laudo pericial deverá conter: (i) - a exposição do objeto da perícia; (ii) - a análise técnica ou científica realizada pelo perito; (iii) - a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou; (iv) - resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo Ministério Público.

Estão **CORRETOS** os itens:

- a) I, II e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II, III e IV.

11. A empresa “A” sofreu autuação da Receita Federal do Brasil (RFB) por omissão de receita. O valor original cobrado foi de R\$97.500,00 composto de: a) imposto no valor de R\$50.000,00, b) multa de ofício no valor de R\$37.500,00 e c) juros de mora no valor de R\$10.000,00. A empresa parcelou o débito cobrado em 60 parcelas iguais e sucessivas no valor de R\$1.625,00 cada uma. Após o pagamento das trinta parcelas iniciais, o Governo federal autorizou um novo programa de parcelamento “REFIS” com redução de 80% da multa e 50% dos juros, podendo aderir todas as empresas. A empresa renunciou ao primeiro parcelamento e aderiu ao novo “REFIS”.

No entendimento da empresa, com a adesão ao REFIS, a dívida está quitada, de forma diversa entende a RFB. Para apurar o valor correto da dívida remanescente, a empresa contratou um Perito Contábil para emitir um parecer.

Com base no enunciado, analise e assinale a alternativa **CORRETA** que apresenta o parecer elaborado pelo Perito Contábil.

- a) A empresa está correta no seu entendimento.
- b) Na consolidação do parcelamento, a Receita Federal está correta pois o débito é de R\$31.250,00.
- c) O saldo devedor é de R\$13.750,00.
- d) O saldo devedor é de R\$22.569,00.

12. Uma empresa do ramo agrícola de precisão, ao analisar o seu mercado de atuação, vislumbrou a oportunidade de crescimento na região do centro-oeste brasileiro, onde existe uma excelente oportunidade para oferecimento dos seus produtos e serviços. Para a tomada de decisão contratou um perito contábil para avaliar a empresa. No decorrer do seu trabalho, ele constatou a existência de incorreções nos registros contábeis. Diante da certificação, a empresa avalianda determinou as imediatas correções constatadas na sua escrituração contábil.

De acordo com a ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, sobre a retificação de lançamento contábil, assinale a opção **INCORRETA**:

- a) Lançamento de estorno consiste na inversão daquele que foi feito erroneamente, anulando-o totalmente.
- b) Lançamento de transferência é aquele que promove a regularização de conta indevidamente debitada ou creditada, por meio da transposição do registro para a conta adequada.
- c) Lançamento de complementação é aquele que vem posteriormente complementar, aumentando ou reduzindo o valor anteriormente registrado.
- d) Não se faz a regularização na conta débito ou crédito a ser corrigida por lançamento de retificação.

13. Uma perita contábil foi nomeada para atuar em uma ação de dissolução parcial de uma Empresa de Grande Porte do segmento de turismo e viagens para apuração dos haveres do sócio dissidente, com data base definida em 31/7/2020.

Diante dos efeitos econômico-financeiros decorrentes da propagação do coronavírus (Covid-19), a nomeada deverá tomar os devidos cuidados quanto aos possíveis reflexos, riscos e incertezas que possam impactar as demonstrações contábeis a serem analisadas para a apuração do balanço de determinação.

Assim, considerando o Art. 606 do Código de Processo Civil e normas contábeis que devem ser aplicadas na perícia para examinar se existem irregularidades ou distorções na escrituração contábil da sociedade, objetivando adotar o posicionamento mais adequado sobre essa situação específica, analise os itens abaixo e, em seguida, assinale a **CORRETA**:

- I. Verificar se houve divulgação de risco de descontinuidade de suas operações e/ou quando houver incertezas quanto às estimativas contábeis adotadas, conforme NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.
- II. Verificar se os efeitos da epidemia influenciaram os valores justo e recuperável de ativos, com base na NBC TG 46 (R2) – Mensuração do Valor Justo e NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
- III. Verificar se houve reconhecimento de amortizações em decorrência das perdas decorrentes da pandemia, conforme NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.
- IV. Verificar se, em função dos efeitos decorrentes do mercado, houve alteração na estimativa de contrapartidas variáveis, conforme NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Estão **CORRETOS** os itens:

- a) I, III e IV, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) II e III, apenas.

14. Em uma ação de Exigir Contas um Investidor pautado em parecer pericial contábil alegou que os Custos de empréstimos atribuídos à produção de ativo qualificável foram contabilizados equivocadamente. Um contador foi nomeado perito judicial no feito e, após exames periciais realizados, constatou que a NBC TG 20 (R2) – Custos de Empréstimos aplicável para o caso em questão não foi observada. Sobre os custos de empréstimos, assinale a opção INCORRETA.

- a) Custos de empréstimos devem desconsiderar quaisquer variações cambiais decorrentes de empréstimos em moeda estrangeira na medida em que elas são consideradas como ajustes, para mais ou para menos, do custo dos juros.
- b) Custos de empréstimos que são atribuíveis diretamente à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável são aqueles que seriam evitados se os gastos com o ativo qualificável não tivessem sido feitos.
- c) Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável devem ser capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiabilidade.
- d) Custos de empréstimos são juros e outros custos que a entidade incorre em conexão com o empréstimo de recursos.

15. Os Sócios “A”, “B” e “C” de determinada Sociedade Empresária decidiram excluir o Sócio “D” da sociedade.

Para esse fim, solicitaram que o contador da empresa apresentasse o Balanço Patrimonial Especial em 14 de outubro de 2021, visando demonstrar ao Sócio “D” a sua parte nos haveres.

O quadro de participação societária estava assim constituído:

Sócio	%
A	25
B	40
C	23
D	12

Após os ajustes, foi apresentado o Balanço Patrimonial Especial. O Patrimônio Líquido ficou assim representado:

Elementos	R\$
Capital Subscrito	110.000,00
Reserva de Lucro	25.000,00
Prejuízos Acumulados	(20.000,00)
Lucro apurado	40.250,00

Com base nos dados acima, em uma Perícia Contábil de Apuração de Haveres, avalie e assinale a opção **CORRETA** para o valor a ser pago ao Sócio “D”.

- a) R\$4.830,00.
- b) R\$15.630,00.
- c) R\$18.630,00.
- d) R\$21.030,00.

16. Com base no que dispõe o Código de Processo Civil, analise os itens abaixo e, em seguida, marque a opção CORRETA.

- I. No laudo, o perito deve apresentar sua fundamentação em linguagem simples e com coerência lógica, indicando como alcançou suas conclusões.
- II. É vedado ao perito ultrapassar os limites de sua designação, bem como emitir opiniões pessoais que excedam o exame técnico ou científico do objeto da perícia.
- III. Para o desempenho de sua função, o perito e os assistentes técnicos podem valer-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder da parte, de terceiros ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com planilhas, mapas, plantas, desenhos, fotografias ou outros elementos necessários ao esclarecimento do objeto da perícia.
- IV. Tratando-se de perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, o juiz poderá nomear mais de um perito, e a parte deverá indicar apenas um assistente técnico.

Estão **CORRETOS** os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I, II, III e IV.

17. Um contribuinte foi autuado pelo Fisco federal a pagar tributos apurado com base nas suas movimentações financeiras, consideradas atípicas, na condição de “empresário”, nos termos do Código Civil Brasileiro. A fim de se defender adequadamente e provar que não se enquadra na condição de empresário prevista no referido Código, contrata um perito contábil para emitir um parecer com o objetivo de identificar no seu livro caixa, na sua declaração de imposto de renda e documentos justificativos, a origem de cada operação financeira e sua aplicação. Nesse contexto, analise os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- II. Considera-se empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- III. Não se considera empresário quem exerce profissionalmente atividade organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- IV. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

Estão CORRETOS apenas os itens:

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II e IV.

18. Em uma ação de dissolução parcial de sociedade do segmento varejista, o Perito do Juízo constatou que o Ativo Imobilizado da entidade representa 75% do seu Ativo Total, o que o levou a rever os conceitos e diretrizes definidos pela NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, principalmente para revisar se as informações divulgadas em notas explicativas e os critérios utilizados na escrituração contábil estão adequados. Identifique, nos itens abaixo, as informações que devem ser incluídas em notas explicativas referente à citada NBC TG 27 (R4) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA:**

- I. Os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto; os métodos de depreciação utilizados; as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas.
- II. A existência e os valores contábeis de ativos cuja titularidade é restrita, como os ativos imobilizados formalmente ou na essência oferecidos como garantia de obrigações e os adquiridos mediante operação de *leasing* conforme a NBC TG 06.
- III. O valor dos gastos reconhecidos no valor contábil de um item do ativo imobilizado no final da sua construção.
- IV. O valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas) no início e no final do período.

Estão **CORRETOS** os itens:

- a) I, III e IV, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) II e III, apenas.

19. Uma contadora está se preparando para prestar o Exame de Qualificação Técnica para Perito e aproveitou para se reunir com alguns colegas, tendo como discussão central o alcance da ITG 16 (R2) – Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais.

Com base nas diretrizes definidas na norma contábil em apreço, assinale a opção **INCORRETA**:

- a) Esta interpretação trata da contabilização por uma entidade quando as condições de um passivo financeiro são renegociadas e resultam na emissão de instrumentos patrimoniais da entidade ao seu credor para a extinção total ou parcial do passivo financeiro.
- b) Esta interpretação também abrange a contabilização por parte do credor.
- c) Um devedor e um credor podem renegociar os termos de um passivo financeiro mediante a emissão de instrumentos patrimoniais próprios do devedor para o credor, tendo como resultado a extinção parcial ou total desse passivo.
- d) A entidade não deve aplicar esta interpretação às operações em situações em que o credor e a entidade são controlados pela mesma parte ou partes, antes e depois da operação e a essência da transação inclui a distribuição de capital pela entidade, ou contribuição para a entidade.

20. O Gerente de Contabilidade de uma empresa de saneamento discute com o Contador Financeiro o reconhecimento de um ativo, objeto de uma revisão tarifária, que deveria ter ocorrido há dois anos e que, somente agora, ao final do exercício em curso, a Diretoria resolveu recorrer à Justiça para obter o direito de cobrar dos consumidores. O entendimento da empresa é que este valor deve ser reconhecido como receita do referido exercício em curso. O Contador argumentou que este suposto ativo é uma contingência e que não há amparo na norma de contabilidade NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes para efetuar o reconhecimento. A empresa de saneamento, para se resguardar, resolveu contratar um Perito para emitir um Parecer que dê sustentação técnica à argumentação jurídica a ser exposta na inicial, observando a referida norma, cujo valor foi estimado em 5 milhões de reais.

Com base no enunciado, analise e assinale a alternativa **CORRETA** que apresenta o parecer elaborado pelo Perito.

- a) A estimativa de 5 milhões de reais é um ativo contingente que não encontra amparo para reconhecimento na norma de contabilidade.
- b) A norma de contabilidade autoriza o reconhecimento da estimativa de 5 milhões de reais como ativo, mesmo sendo um ativo contingente, em contrapartida com a receita, porque é um direito reconhecido pelo regulador.
- c) A estimativa de 5 milhões de reais não deve ser reconhecida como ativo em contrapartida com a receita porque fere o princípio da competência.
- d) As alternativas “a” e “c” estão corretas porque atendem às orientações da norma de contabilidade.

21. Uma firma fabricante de equipamentos bélicos fornece garantia para seus clientes contra defeitos de funcionamento dos equipamentos tipo A, B e C disponibilizados no mercado há mais de meio século. O valor estimado de garantia não utilizada, por falta de defeitos nos equipamentos, é da ordem de R\$200.100,00. O gerente da firma propôs ao Contador realocar esse valor de provisão não utilizada para garantia de outros novos equipamentos que estão sendo vendidos no mercado. O Contador atendeu à sugestão do Gerente, reclassificando o referido valor para a rubrica do novo equipamento. O auditor independente qualificou sua opinião com relação ao procedimento, alegando que a norma de contabilidade NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes não permite tal procedimento. A firma contratou um perito para emitir um parecer sobre a restrição apresentada pela auditoria independente.

Com base no enunciado, analise e assinale a alternativa **CORRETA** que apresenta o parecer elaborado pelo Perito.

- a) A norma de contabilidade NBC TG 25 (R2) somente permite este procedimento se a constituição e a reversão da provisão ocorrerem no curso do mesmo exercício social.
- b) Para que o saldo de uma provisão não utilizada de uma atividade possa ser utilizado para outra atividade é exigido que o Conselho de Administração da firma delibere autorizando o procedimento.
- c) A norma de contabilidade NBC TG 25 (R2) somente permite que uma provisão seja utilizada para desembolso da provisão originalmente reconhecida.
- d) A norma de contabilidade NBC TG 25 (R2) somente permite este procedimento se a constituição e a reversão da provisão ocorrerem no curso do mesmo exercício social e observado o objeto social da firma.

22. Os executivos de uma firma do setor do agronegócio estavam discutindo a classificação correta, na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), da venda de um ativo fixo de manutenção dos negócios. Um executivo entendia que a classificação deveria ser inclusa nas atividades operacionais, considerando que este ativo era utilizado para a geração de receita de venda. O outro executivo, por outro lado, entendia que o valor da venda, por ter sido utilizado para financiar o capital de giro do negócio, deveria ser classificado nas atividades de financiamento. Por não chegarem a um consenso na discussão, a firma contratou um assistente técnico para opinar sobre a classificação correta do valor da venda na referida DFC.

Com base no enunciado e na NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, na condição de Assistente Técnico, avalie e assinale a alternativa **CORRETA** sobre a classificação do valor dessa venda na DFC.

- a) A norma de contabilidade da Demonstração do Fluxo de Caixa orienta que a venda de ativo de longo prazo, independente do tempo de duração, deve ser classificada nas atividades operacionais porque participa da geração de receita operacional.
- b) A norma de contabilidade da Demonstração do Fluxo de Caixa orienta que venda de longo prazo, independente do tempo de duração do ativo, deve ser classificada nas atividades de financiamento porque o produto da venda; neste caso, é utilizado para financiar o giro da firma.
- c) A norma de contabilidade da Demonstração do Fluxo de Caixa orienta que venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa deve ser classificada nas atividades de investimento.
- d) A norma de contabilidade da Demonstração do Fluxo de Caixa orienta que venda de longo prazo, deve ser classificada nas atividades de manutenção, financiamento de pesquisa e investimento.

23. O auditor de um grupo empresarial do setor de abastecimento qualificou sua opinião sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2020 da firma *holding* que classificou os juros sobre o capital próprio, recebidos, nas atividades operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC). Para o Auditor, a classificação utilizada pela empresa é inadequada, sendo possível somente para instituições financeiras, conforme a NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Para dirimir a dúvida, a firma contratou um assistente técnico para emitir um parecer sobre a adequada classificação dos juros sobre o capital próprio recebidos.

Com base neste enunciado na condição de Assistente Técnico, avalie e assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Juros sobre capital próprio recebidos não podem ser classificados na DFC como atividades operacionais de uma firma do setor de abastecimento porque não se relacionam com o negócio da firma e porque a norma de contabilidade específica não permite.
- b) A norma de contabilidade que disciplina a DFC não restringe a classificação de juros sobre capital próprio, recebidos, nas atividades operacionais de uma firma cujo segmento de negócio seja setor de abastecimento.
- c) Juros sobre capital próprio, recebidos, somente podem ser classificados nas atividades operacionais da DFC de instituições financeiras porque eles são retorno de investimento.
- d) Nenhuma das alternativas responde corretamente à questão.

24. O Contador de uma firma de tecnologia está com dúvidas na elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). A dúvida orbita em torno do valor da receita. O valor da receita bruta do exercício, inclusive os tributos indiretos, é da ordem de R\$105.000.000,00. O valor do tributo indireto é de R\$21.000.000,00 e o valor da receita líquida é R\$84.000.000,00. O Contador preparou cenários para uma reunião com os Diretores da firma exibindo o valor da receita que deve constar na DVA.

Com base no enunciado, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis, analise e assinale a alternativa **CORRETA** para a orientação aos Diretores.

- a) O valor da receita que deve constar na DVA inclui o tributo indireto, totalizando R\$105.000.000,00 e é diferente do valor da receita que consta da Demonstração do Resultado.
- b) O valor da receita que deve constar na DVA é o mesmo que consta na Demonstração do Resultado, ou seja, R\$84.000.000,00, que é receita líquida porque não faz sentido a Demonstração do Resultado ser apresentada com o valor da receita menos o tributo indireto e a DVA ser apresentada pelo valor com o tributo indireto incluso.
- c) Quaisquer dos valores da receita, bruta ou líquida, podem constar da DVA porque o que importa para a DVA é mostrar qual é a contribuição da firma para o PIB.
- d) O valor da receita que deve constar na DVA é o mesmo que consta na formação do Produto Nacional Líquido (PNL).

25. Os executivos de uma firma do setor de mineração observaram a necessidade de promover uma reestruturação no processo de gestão. Dessa reestruturação resultaram diferenças temporárias que geraram crédito tributário diferido, reconhecido na contabilidade e que serão compensáveis nos próximos exercícios, com taxa de desconto de 5% ao ano, pelo método de valor presente. A firma foi autuada pela Receita Federal pela forma de contabilização adotada. Para subsidiar a sua defesa, foi contratado um perito para apresentar parecer observando o que disciplina a NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre o Lucro.

Com base no enunciado, analise e assinale a alternativa **CORRETA** que apresenta o parecer elaborado pelo Perito Contábil.

- a) Considerando a taxa de 5% ao ano, para os três exercícios, o valor descontado do crédito tributário diferido é de R\$4.250.000,00.
- b) Utilizando a taxa de 5% ao ano, para os três exercícios, o valor do ajuste a valor presente é de R\$750.000,00.
- c) A norma de contabilidade não permite que crédito tributário diferido seja descontado.
- d) O crédito tributário apurado deve ser reconhecido pelo valor proporcional à quantidade de exercícios.

26. Uma firma do setor de Petroquímica tem um estoque de prejuízo fiscal com crédito tributário diferido, fora do balanço, porque não preenchia os requisitos da norma de contabilidade NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre o Lucro para reconhecimento contábil do referido crédito. O planejamento tributário da firma prevê a possibilidade de utilização de parte desse crédito nos próximos três anos, inclusive no exercício corrente. Antes de escriturar o crédito tributário, a firma contratou um Perito Contábil para emitir um parecer sobre o reconhecimento nas suas demonstrações financeiras dos efeitos da compensação do débito tributário corrente com o crédito tributário diferido recuperado.

Com base no enunciado, analise e assinale a alternativa **CORRETA** que apresenta o parecer elaborado pelo Perito Contábil.

- a) Como o crédito tributário do prejuízo fiscal está fora do balanço, o valor do tributo corrente devido deve ser reconhecido pelo valor líquido já descontado do valor do crédito tributário recuperado do prejuízo fiscal.
- b) O crédito tributário do prejuízo fiscal não poderá ser utilizado para compensar tributo corrente devido porque não foi reconhecido na contabilidade na competência requerida pelas normas de contabilidade.
- c) O crédito tributário, fora do balanço, apurado sobre o prejuízo fiscal, deve ser reconhecido como ativo para ser utilizado na compensação do tributo corrente devido.
- d) O crédito tributário, fora do balanço, apurado sobre o prejuízo fiscal, não pode ser reconhecido como ativo para ser utilizado na compensação do tributo corrente devido.

27. Os membros do Conselho Fiscal estavam analisando as demonstrações contábeis da firma, do ramo do agronegócio, e questionaram a classificação do edifício que abriga a sua sede administrativa para efeitos de aplicação do valor recuperável disciplinado pela NBC TG 01(R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Um membro entendia que o edifício deveria ser classificado como ativo corporativo e os demais entendiam que o edifício não atende às características de um ativo corporativo. Um perito contábil foi contratado pela firma para prestar esclarecimentos ao Conselho Fiscal sobre as características de um edifício como ativo corporativo.

Com base no enunciado, assinale a opção **CORRETA**:

- a) O edifício deve ser caracterizado como um ativo corporativo porque ele não gera entrada de caixa de forma independente de outros ativos.
- b) O edifício deve ser caracterizado como um ativo corporativo porque ele gera entrada de caixa para todos os outros ativos.
- c) O edifício é a principal unidade geradora de caixa da firma e, por isso, ele deve ser caracterizado como ativo corporativo.
- d) A norma de contabilidade não prevê tratamento diferenciado para caracterização de um edifício como ativo corporativo.

28. Um contador foi contratado para atuar na função de Assistente Técnico de uma firma de tecnologia que reconheceu perda por desvalorização de um ativo físico individual (corpóreo), classificado como unidade geradora de caixa, em exercício anterior, com base no valor em uso. O valor contábil do ativo, antes do reconhecimento da perda era de R\$150.000,00 e o valor recuperável foi avaliado em R\$108.000,00. Em exercício seguinte, com base no mesmo critério de avaliação, o valor do referido ativo foi precificado em R\$180.000,00 e o valor contábil era de R\$100.000,00. Com base na NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a firma pretende fazer a reversão total da perda do referido ativo como facultado pela citada norma.

Com base no enunciado, na condição de Assistente Técnico, avalie e assinale a alternativa **CORRETA** que apresenta o valor que deve ser utilizado para reversão.

- a) O valor da reversão deve ser de R\$72.000,00.
- b) O valor da reversão deve ser de R\$50.000,00.
- c) O valor da reversão deve ser de R\$80.000,00.
- d) O valor da reversão deve ser de R\$30.000,00.

29. Uma empresa vinha apurando e pagando os tributos à ordem de 0,65% para o PIS e 3% para a COFINS sobre o seu faturamento no valor total de R\$120.000,00 sendo que, deste valor, R\$20.000,00 está isento de PIS, COFINS e ICMS. Todas as mercadorias da empresa são vendidas dentro do estado cuja alíquota de ICMS é de 18%. O Supremo Tribunal Federal (STF) em sede de repercussão geral reconheceu que para a apuração do PIS e da COFINS deve ser abatido o ICMS da base de cálculo. Com o objetivo de propor uma ação de restituição dos valores de PIS e Cofins pagos a maior, de forma prudente e conservadora, contratou um perito contábil para apurar e certificar os novos valores devidos de acordo com o entendimento do STF.

Diante do caso hipotético, analise as alternativas abaixo e assinale a **CORRETA**:

- a) O novo valor do PIS é R\$780,00 e da COFINS é R\$3.600,00.
- b) O novo valor do PIS é R\$650,00 e da COFINS é R\$3.000,00.
- c) O novo valor do PIS é R\$533,00 e da COFINS é R\$2.460,00.
- d) O novo valor do PIS é R\$639,60 e da COFINS é R\$2.952,00.

30. Dois irmãos são sócios de uma empresa agrícola, especializada em compra e venda de grãos, com diversas filiais no Sul e Centro Oeste do Brasil. Ambos são administradores, e cada um deles, possui 50% das cotas de capital. No início de 2021, o irmão mais velho sofreu um acidente aéreo e faleceu. A família do sócio falecido entra com uma ação judicial solicitando avaliação das cotas sociais da firma, já que os valores oferecidos pelo sócio remanescente ficaram abaixo do que eles entendiam ser corretos.

Diante desse caso hipotético e com base nas definições contidas no Código de Processo Civil brasileiro, analise os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. Para apuração de haveres, o juiz fixará a data da resolução da sociedade.
- II. Para apuração de haveres, o juiz definirá o critério de apuração dos haveres à vista do disposto no contrato social.
- III. Para apuração de haveres, o juiz determinará à sociedade ou aos sócios que nela permaneceram que depositem em juízo a parte do incontroverso dos haveres devidos em até 30 dias após a homologação do laudo pericial.
- IV. Para apuração de haveres, o juiz poderá revisar a data da resolução e o critério de apuração de haveres, a pedido da parte, a qualquer tempo antes do início da perícia.

Estão **CORRETOS** os itens:

- a) I, II, III e IV.
- b) II e III, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

O cônjuge ou companheiro(a) do sócio cujo casamento, união estável ou convivência terminou requereu judicialmente a) a apuração de seus haveres na sociedade, que serão pagos à conta da quota social titulada por este sócio, conforme entendimento jurisprudencial e b) a divisão periódica dos lucros, até que se liquide a sociedade.

A parte *autora* requereu a produção de prova pericial para dirimir controvérsia acerca do verdadeiro patrimônio do *réu*, sócio da empresa “A”, bem como para verificar eventual existência de fraude contábil no faturamento da citada empresa, nos dois anos anteriores e nos dois anos seguintes a separação do casal. Segundo o *réu*, a sua cota de participação societária é de 25% e a distribuição de lucro é de forma diferenciada, conforme previsto nos atos constitutivos da empresa. O faturamento anual da empresa, no período que antecede a separação, era na ordem de R\$10 milhões que gerava lucros na ordem de 15%. Nos dois anos seguintes à separação, o faturamento declarado anualmente decresceu 50% e os lucros informados não atingiram 5%.

Com base na situação hipotética apresentada, escreva:

- 31. Sobre as diferenças entre erro contábil, fraude contábil e ato fraudulento de um administrador de uma empresa.**

- 32. Na condição de perito nomeado, elabore um texto, em linguagem simples e com coerência lógica, com a argumentação técnica de constatação de existência ou inexistência de fraude contábil no faturamento da empresa “A” e certifique na conclusão o resultado alcançado (Dispensada a apresentação no formato de petição).**

RASCUNHO DO GABARITO
ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	A	B	C	D
16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>